ESTADO DE MINAS

Publicado em 07/09/2022 - 05:55

A Marca de Minas 07/09/1822

A 'ASSINATURA' DE MINEIROS NA LIBERTAÇÃO DO BRASIL

Do Visconde de Caeté ao padre Belchior, passando pela fazendeira que ajudou a financiar a consolidação do Grito do Ipiranga, personagens de Minas tiveram participação decisiva na emancipação do país

A Independência do Brasil completa hoje dois séculos abrigando personagens bem conhecidos e outros, igualmente notáveis, aos quais a história ainda não fez a devida justiça. Três deles são mineiros, merecendo, em algumas cidades das Gerais, não só permanente culto à memória como estudos sobre vida, obra e participação decisiva nos caminhos que levaram à separação de Portugal. Hoje, quando se comemora o bicentenário da separação do Brasil de Portugal, deve ser reverenciada, entre tantos nomes importantes para esse movimento, a memória do padre Belchior Pinheiro de Oliveira (1775-1856), confessor de Dom Pedro I (1798-1834) e presente no momento do Grito do Ipiranga. Na mesma escala de importância estão José Teixeira da Fonseca Vasconcelos (1766-1838), o Visconde de Caeté, considerado o "patriarca mineiro da Independência", e Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco, a Dona Joaquina do Pompéu (1752-1824), de grande influência em Minas na segunda metade do século 18 e início do 19, em especial no processo que culminou com a emancipação.

GUSTAVO WERNECK

Ao paulista José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) é considerado o Patriarca da Independência, há uma figura "absolutamente fascinante", ainda pouco conhecida dos brasileiros, que vem à tona nas comemorações do bicentenário do Grito do Ipiranga. Trata-se de José Teixeira da Fonseca Vasconcelos (1766-1838), o Visconde de Caeté, nascido na Fazenda Santa Quitéria, hoje parte do município de Esmeraldas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ele é alvo de pesquisas do promotor de Justiça Marcos Paulo de Souza Miranda, associado do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), que tem vários livros lançados sobre personagens, fatos históricos e defesa do patrimônio cultural, sobretudo mineiro.

"Duzentos anos se passaram, mas, ainda hoje, ecoam na memória do nosso povo os ensinamentos e as ações do célebre conterrâneo, sobretudo as que culminaram com a Independência do Brasil", diz Souza Miranda. Para reforçar a importância do personagem, ele cita uma frase do historiador cônego José Antônio Marinho (1803-1853): "Deve ser considerado o patriarca mineiro da Independência. É muito digno que foi de José Bonifácio, o discurso que proferiu na presença de Dom Pedro e, sem dúvida, mais vibrante e caloroso que o proferido pelo grande paulista".

Em 5 de janeiro de 1822, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, então vice-presidente da Junta Governativa de Minas Gerais, vai ao Rio de Janeiro para uma audiência com Dom Pedro I. "É preciso destacar que a Junta Governativa estava cindida, uns defendendo a exigência das cortes de Lisboa, para que o príncipe retornasse a Portugal, outros querendo que ele ficasse", assinala o promotor de Justiça.

José Bonifácio registrou que Vasconcelos estava "com a mesma satisfação que nós estamos e nos mesmos sentimentos: ele se admira de vir achar no príncipe o mesmo sistema e o mesmo plano que foi concebido em Vila Rica, único capaz de salvar a existência do Reino Unido".

Em 17 de fevereiro, "data marcante", segundo Souza Miranda, Vasconcelos, político habilidoso, faz célebre discurso, em público e na presença de Dom Pedro I, pela permanência do príncipe regente no Brasil. "Dever-se-ão cumprir os dois decretos em que se acha traçada a nossa escravidão, recebendo por excesso da boa-fé nós mesmos as algemas e grilhões? Não por certo; estamos já prontos a defender os nossos direitos e a derramar a última gota de sangue pela nossa liberdade. Se Portugal é pátria de heróis, também o Brasil o deve ser, e tem sido segundo mostra a história brasiliense. A nossa causa é santa e justa: o céu a protegerá. Nós, unidos aos nossos briosos paulistas, nossos conjuntos em sangue, amizade, costumes e bravura, nada temos a temer, cooperando de acordo com as mais províncias unidas, igualmente distintas em valor e sentimentos, venceremos".

Ressaltando a "figura fascinante" do Visconde de Caeté, Souza Miranda o destaca com o um dos filhos mais ilustres de Minas Gerais, pela "inteligência, erudição, probidade, sensibilidade política, patriotismo e amor ao bem coletivo".

O AMIGO E CONFESSOR Sétima Vila do Ouro, Pitangui terá comemoração nesta quarta-feira (7/9) para reverenciar a memória do Padre Belchior, natural do antigo Arraial do Tijuco, atual Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, e morador do município do Centro-Oeste mineiro durante 42 anos. No Instituto Histórico de Pitangui (IHP), instalado em imponente casarão do século 18, no Centro Histórico, está muito bem guardado o inventário e o testamento do religioso. "O documento é de 1856, ano da morte dele", mostra o presidente da instituição, Vandeir Alves dos Santos, ao lado do estudante de história Israel Jesus Borges Almeida. No museu histórico, no andar superior (não aberto à visitação), há um desenho do padre, de perfil e chapéu.

ALEXANDRE GUZANSHE/EM/DA PRESS

A professora Heloisa Helena Valladares Viegas Lopes, descendente de Joaquina de Pompéu, diante da sede da Prefeitura de Pitangui, imóvel onde morou o padre Belchior: personagens decisivos para o 7 de Setembro

Já na Rua Padre Belchior (diante da casa onde o religioso morou e hoje é ocupada pela prefeitura local), a professora Heloísa Helena Valladares Viegas Lopes, secretária do IHP, conta a história do sacerdote que estudou no seminário de Mariana, ordenou-se em São Paulo e cursou direito canônico em Coimbra, Portugal. Na cidade europeia, conheceu o paulista José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), denominado Patriarca da Independência.

Nomeado para a paróquia de Pitangui, que assumiu em 1814, Padre Belchior era maçom, tendo sido esse um dos pontos de aproximação com Dom Pedro I, conta Heloísa Helena, professora aposentada de história e moral e cívica e descendente de Joaquina de Pompéu. "Como era amigo e confessor do príncipe regente, e também político, Padre Belchior teve influência no processo da Independência, inclusive estava ao lado de Dom Pedro I no momento do Grito do Ipiranga. Antes de chegar a Pitangui, que tem 307 anos de história, ficou no Rio de Janeiro."

Sobre 7 de setembro de 1822, Padre Belchior deixou registrado, em carta, um diálogo com Dom Pedro I, palavras hoje eternizadas no túmulo do religioso, na escadaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar, em Pitangui. "E agora, Padre Belchior?", perguntou o príncipe regente. Às margens do Rio Ipiranga, ao receber as cartas de sua esposa, Leopoldina, de José Bonifácio, do seu pai, Dom João VI, de Lisboa, com as cortes exigindo seu regresso imediato a Portugal, e do amigo de confiança Chamberlain.

Padre Belchior registrou: "E eu respondi prontamente. Se Vossa Alteza não se faz rei do Brasil, será prisioneiro das cortes e talvez deserdado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação". Dom Pedro I arrematou: "Eles querem e terão sua conta. As cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de 'rapazinho brasileiro'. De hoje em diante, estão quebradas as nossas relações. Nada mais quero do governo português, e proclamo, para sempre, o Brasil separado de Portugal".

A DAMA DO SERTÃO Ainda no Instituto Histórico de Pitangui, há um quadro ilustrativo sobre a participação de Joaquina de Pompéu na Independência do Brasil, com enfoque nas grandes doações de gado para abastecimento das tropas no período que antecedeu o Grito do Ipiranga. "A comarca de Pitangui era muito vasta, por isso temos documentos de vários municípios, incluindo Pompéu", afirma o presidente do IHP, Vandeir Alves dos Santos.

Na verdade, a história da Dama do Sertão, como era chamada a fazendeira, confunde-se com a da Região Centro-Oeste de Minas. "A trajetória dela é pouco divulgada no país, mas aqui na nossa cidade o Centro Cultural se chama Joaquina do Pompéu. A cada 20 de agosto, entregamos uma medalha também com seu nome", ressalta o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Pompéu, Hugo de Castro Machado, também curador do Museu Genealógico e Histórico da cidade, que programa um desfile cívico para festejar o bicentenário da Independência.

Pesquisador contumaz, Hugo de Castro conta que, em 9 de abril de 1822, a fazendeira se encontrou com Dom Pedro I, em Ouro Preto – a viagem do príncipe regente é vista como o primeiro "brado retumbante" da emancipação, por ele anunciar ao povo "que os laços do despotismo não prevaleceriam sobre os anseios de liberdade e independência". Conforme relatos da época, Dona Joaquina chegou à então Vila Rica com grande comitiva, em mais de 10 mulas. De tão patriótica, usava roupas com fitas nas cores verde e amarelo, conforme registrou o escritor Agripa Vasconcellos (1896-1969).

"O papel dela foi preponderante nas batalhas que sucederam ao 7 de Setembro, especialmente em 1823, quando da expulsão do general português Inácio Luís Madeira de Melo do Recôncavo Baiano. Naquele período, Pitangui não uniu forças e Dona Joaquina tomou a frente como guardiã e protetora da região, enviando dinheiro, gado e mantimentos para ajudar na luta contra o último reduto oponente à Independência", relata Hugo de Castro.

Nascida em Mariana, na Região Central de Minas, a Dama do Sertão era filha do português Jorge de Abreu Castello Branco, que, depois de ficar viúvo, ordenou-se padre. Ela se casou aos 12 anos com o capitão Inácio de Oliveira Campos e foi morar na Fazenda de Nossa Senhora da Conceição. "O casal teve 10 filhos, que geraram 87 netos, 333 bisnetos e 1.108 trinetos. O número de descendentes chega a 80 mil, com pessoas espalhadas pelo Brasil e documentadas em livro", diz o presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Pompéu. "Ela colocou os bens da família e seus descendentes pela causa da separação do Brasil de Portugal."

INDEPENDÊNCIA E VIDAS

Três mineiros fundamentais para escrever a história que completa 200 anos

Quadro com o perfil do padre Belchior, confessor de Dom Pedro I, do Instituto Histórico de Pitangui

O CONSELHEIRO

Padre Belchior (1775-1856) - Natural de Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, estudou em Coimbra, Portugal, e viveu 42 anos em Pitangui, na Região Centro-Oeste de Minas, onde foi pároco. Amigo e confessor de Dom Pedro I, estava com ele durante o Grito do Ipiranga. Está sepultado em Pitangui, cidade que preserva a memória do ilustre mineiro e mantém restaurado o casarão onde ele morou, hoje sede de prefeitura.

Desenho de Dona Joaquina do Pompéu, feito em 1956 pelo artista plástico Amílcar de Castro

A PATRIOTA

Dona Joaquina de Pompéu (1752-1824) - Natural de Mariana, a fazendeira da Região Centro-Oeste se empenhou nas lutas pela Independência com vultosas doações. Encontrou-se com Dom Pedro I em Ouro Preto, em abril de 1822, durante a histórica visita do príncipe regente, tida como prenúncio da Independência. Está sepultada em Pompéu. Não se sabe a fisionomia da fazendeira, que só "ganhou" um rosto em 1956, no desenho do artista plástico, escultor e designer gráfico mineiro Amílcar de Castro (1920 - 2002).

Imagem de José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, Visconde de Caeté, tido como o patriarca mineiro da Independência

O PATRIARCA

José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, o Visconde de Caeté (1766-1838) - Considerado o patriarca mineiro da Independência, nasceu em Esmeraldas. Estudou matemática, direito e filosofia em Coimbra. Já como vice-presidente da Junta Governativa de Minas, fez caloroso discurso diante de Dom Pedro I. Foi o primeiro presidente da Província de Minas e está sepultado na Matriz do Santíssimo Sacramento, em Taquaraçu de Minas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Infelizmente, não há placa indicativa no interior do templo, apenas algarismos romanos gravados no assoalho.

Após 14 anos de portas fechadas, Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, é finalmente reaberto. Acervo conta com 53 mil itens, entre pinturas, gravuras, esculturas e documentos históricos

Celebração da memória brasileira

CARLOS MENDONÇA/PJF

O Museu Mariano Procópio reúne acervo dos períodos colonial, imperial e republicano

Bruno Luis Barros

Após 14 anos fechado e com um acervo de aproximadamente 53 mil itens, o Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, reabre de forma definitiva à visitação neste feriado de 7 de setembro – data na qual é celebrado o bicentenário da Independência do Brasil. O local é reinaugurado com a exposição "Rememorar o Brasil: A Independência e a construção do Estado-Nação".

Símbolo da memória nacional, o Museu Mariano Procópio é considerado o primeiro museu de Minas Gerais – completou seu centenário em 2021. O local foi aberto em 1915 como museu particular do colecionador Alfredo Ferreira Lage (1865-1944), mas só foi oficialmente inaugurado, com visitação pública, em 23 de junho de 1921. Está ali o segundo maior acervo do Brasil do período imperial.

Em suas instalações constam um dos acervos mais importantes do Brasil dos séculos 18, 19 e 20, conforme explica a diretora-geral, Maria Lúcia Horta Ludolf de Mello. "As obras compreendem os períodos colonial, imperial e republicano, que nos remetem ao passado histórico, sendo também um meio de expressão e transmissão do conhecimento científico e cultural", revela.

São diversas pinturas, esculturas, gravuras e desenhos. Inúmeros livros raros, documentos, fotografias, mobiliário, prataria, armaria e numismática também recheiam o acervo, complementado ainda por itens de cartofilia, indumentária, porcelanas, cristais e peças de história natural.

A diretora menciona ainda a importância das edificações: o prédio Mariano Procópio com a galeria de arte Maria Amália, a vila renascentista datada de 1861, o solar de veraneio da família Ferreira Lage, além de um amplo parque com lago, patrimônio tombado com 78 mil metros quadrados de área verde e uma coleção de espécies da flora e da fauna.

DANOS. O museu havia fechado as portas em 2008 para obras emergenciais em decorrência da degradação das instalações e do acervo. Somente a galeria Maria Amália e duas salas ficaram abertas entre 2016 e 2020. As intervenções para reabertura do museu custaram cerca de R$ 300 mil aos cofres municipais. "Estamos abrindo o primeiro andar e a galeria Maria Amália. Para isso, tivemos que fazer um reparo no lanternim (equipamento que melhora a ventilação natural em ambientes fechados)", diz a prefeita Margarida Salomão (PT). Havia até mesmo o risco de exposição excessiva da luz do sol sobre as obras, o que danifica o acervo.

O período de 14 anos de portas fechadas é lamentado por Maraliz de Castro Vieira Christo, professora titular de história da arte na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). "Várias gerações foram privadas do contato com o museu e seu rico acervo, assim como muitos projetos foram abortados", diz. No entanto, a pesquisadora destaca a importância da retomada. "É necessário valorizar os esforços empenhados para manter o museu vivo na memória das pessoas. Várias ações foram desenvolvidas nesse sentido, embora enfrentando muitas dificuldades, principalmente impostas pela burocracia e pela falta de recursos. Na pandemia, por exemplo, os funcionários se recriaram para abrir o museu virtualmente, nas redes sociais, o que foi fundamental", defende.

FOTOS: ARQUIVO/PJF

Capacete imperial da guarda de honra de Dom Pedro I

Fardões usados nas cerimônias da maioridade e do casamento de Dom Pedro II

MOSTRA DE ABERTURA A exposição inaugural, intitulada "Rememorar o Brasil: A Independência e a construção do Estado-Nação", tem como um dos curadores Sérgio Augusto Vicente. Ele é também historiador da Fundação Museu Mariano Procópio. A mostra apresenta um recorte do período que vai do fim do século 18, com a Conjuração Mineira, passando pelo início do século 19, com a chegada da corte e da família real portuguesa ao Brasil. Nesse momento, a América portuguesa passa a sediar a estrutura burocrática e administrativa do império português.

"Posteriormente, a exposição analisa o momento da Independência do Brasil, o Primeiro Reinado, o período regencial, o Segundo Reinado e os fatores que levaram à sua crise e à Proclamação da República", detalha o curador. A mostra segue contando a relação entre monarquistas e republicanos no contexto da Primeira República no Brasil, com abordagens sobre conflitos e conciliações entre esses dois grupos em relação às representações do passado monárquico brasileiro. "Por fim, também é abordado o período final dos anos 1910 e 1920, quando o Brasil se preparava para comemorar o primeiro centenário da Independência", finaliza o historiador.

TIRADENTES. Uma das peças mais emblemáticas que integra a exposição é a obra "Tiradentes esquartejado", produzida em 1893 – um ano após o centenário da execução do alferes – de autoria do artista brasileiro Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905).

Dedicada aos estudos do acervo do Museu Mariano Procópio há mais de 20 anos, a historiadora Maraliz de Castro Vieira Christo conta que o pintor era conhecido por criar quadros ligados à memória do Império, como "Independência ou morte" e "Batalha do Avaí". Com a República, ele perdeu o cargo de professor da Academia Imperial de Belas Artes e precisou reposicionar-se em relação ao novo regime.

Nas comemorações do centenário da execução de Tiradentes, em 1892, Américo percebeu ser esse um assunto interessante para mostrar-se um pintor de temas também republicanos e voltar a receber encomendas. "Ele foi para Florença e concebeu cinco quadros sobre a Conjuração Mineira, que terminaria com a imagem do Tiradentes esquartejado no cadafalso (estrutura de madeira onde condenados à morte eram executados). Ele fez vários estudos, mas finalizou apenas o último quadro. O artista o expôs no Rio de Janeiro, em julho de 1893, mas a obra foi mal recebida pela crítica, por representar um herói nacional aos pedaços, sendo considerada repugnante", explica a pesquisadora.

A obra "Tiradentes esquartejado" só se tornaria nacionalmente conhecida a partir de 1969, com a publicação da enciclopédia "Os grandes personagens da nossa história", da Editora Abril, quando ilustrou o fascículo sobre Tiradentes. "Como estávamos no período da ditadura militar, vários artistas contemporâneos se apropriaram da imagem produzida por Pedro Américo para denunciar a violência política. Ainda hoje, o quadro fala mais da violência sofrida por Tiradentes e menos das virtudes do herói republicano. Ele continua sendo apropriado como imagem forte da violência sobre o corpo", avalia Maraliz.

A tela "Tiradentes esquartejado" foi pintada em 1893 por Pedro Américo de Figueiredo e Melo

Retrato de D. Pedro II, de autoria de Joaquim da Rocha Fragoso

Última foto da família imperial. Na imagem, estão a princesa Isabel, seu marido, o conde D'Eu, e seus três filhos, D. Pedro, D. Antônio e D. Luís, além do filho da princesa Leopoldina, Pedro Augusto. Também consta no documento o autógrafo de todos os fotografados

As cartas que D. Pedro I enviou à amante

Entre outros destaques, o museu contém quadros de expoentes da pintura europeia, como os franceses Charles François Daubigny (1817-1878) e Jean Honoré Fragonard (1732-1806), além do holandês Willem Roelofs (1822-1897).

Integrando a exposição de abertura e o acervo do museu também estão as cartas de Dom Pedro I (1798-1834) à amante Domitila de Castro Canto e Mello – a Marquesa de Santos (1797-1867) –, que marcam um dos casos extraconjugais mais longos do primeiro imperador do Brasil. Ele era casado com Maria Leopoldina da Austria (1797-1826).

Nas correspondências, ele assinava como O Demonão, O Fogo Foguinho e O Imperador. Declarando seu amor e sua fidelidade à marquesa, o relacionamento, que começou em 1822, pouco antes da independência do Brasil, durou sete anos, sendo de conhecimento público, incluindo de sua esposa.

Os visitantes também terão acesso à última fotografia da família imperial, feita pelo fotógrafo Otto Hees, no Palácio Isabel, onde vivia a família da princesa Isabel, na cidade de Petrópolis, em 1889.

Os fardões usados nas cerimônias da maioridade e do casamento de Dom Pedro II também são um dos destaques do acervo. As peças – confeccionadas em lã e bordadas em fios de ouro – foram adquiridas por Alfredo Ferreira Lage para sua coleção, em 1926.

Um retrato de Dom Pedro II, feito por Joaquim da Rocha Fragoso, chama a atenção por uma curiosidade. A obra levou um tiro em 15 de novembro de 1889 – nas dependências da sede do governo do Pará –, quando o Brasil se tornava uma República Federativa Presidencialista. O autor do ataque, um simpatizante da República, nunca foi descoberto.

Cartas que Dom Pedro I (1798-1834) destinava à amante Domitila de Castro Canto e Mello – a Marquesa de Santos (1797-1867) – integram o acervo. Nas correspondências, ele assinava como O Demonão, O Fogo Foguinho e O Imperador

Copyright © Clipclap 2025.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Pagina:** 13 e 14

Copyright © Clipclap 2025.